

COMITESINOS

ATA Nº 03/02- Reunião Ordinária.

001 *Aos 02 dias do mês de maio do ano 2002, o plenário do COMITESINOS reuniu-se às*
002 *14horas, na sala do Pós I, UNISINOS – São Leopoldo/RS, para a realização da sua terceira*
003 *reunião ordinária do ano. Conforme a convocação regimental, a pauta estabelecida constou*
004 *dos seguintes assuntos: 1) Abertura; 2) Comissão Especial de Finanças; 3) Programa*
005 *Nacional de Despoluição de Bacias; 4) IV Encontro Nacional de Comitês de Bacias; 5)*
006 *Assuntos Gerais. Ao dar início aos trabalhos, o Presidente anunciou a determinação da*
007 *diretoria e da Comissão Especial de Finanças de retomar as atividades do Comitê, já no*
008 *próximo mês, tendo como marco o dia 13 de junho, data de realização da reunião*
009 *extraordinária, pré-agendada no nosso calendário. Paim considerou o momento favorável*
010 *pois, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas, a superação de uma crise de tamanha*
011 *proporção como a vivenciada não só tornara o Comitê institucionalmente mais forte,*
012 *recebendo apoio da comunidade local, mas também demonstrara a maturidade com que a*
013 *Comissão Especial conduzira todo o processo. Porém, era chegado o momento de voltarmos*
014 *ao trabalho, particularmente aqueles na linha da gestão – enquadramento e plano de bacia.*
015 *Antes de dar início ao segundo assunto da pauta, Paim informou que duas atas desse ano e*
016 *uma do ano passado ainda não tinham sido aprovadas, apesar das mesmas terem sido*
017 *distribuídas aos representantes das entidades membro. Propôs que no final da reunião em*
018 *curso a ata nº 02 de março/02 fosse colocada em regime de votação, deixando as demais*
019 *para o próximo encontro. O plenário se manifestou favorável à proposta e, assim decidido, a*
020 *professora Ione Gutierrez representante do Sindicato de Professores de Canoas, a vereadora*
021 *Lúcia Trein representante da Câmara Municipal de Estância Velha e o eng. Arno Leandro*
022 *Kayser representante do Movimento Roessler, integrantes da Comissão Especial de Finanças*
023 *apresentaram o relato sobre a atuação da referida Comissão, as conclusões e as*
024 *recomendações formuladas. Neste sentido, foram resgatados o contexto onde a sugestão de*
025 *constituição de um grupo de trabalho específico havia sido proposto e seus objetivos, sua*
026 *composição, as ações imediatas e resultados de curto prazo para a superação da situação de*
027 *fragilidade financeira de manutenção da estrutura administrativa do Comitê. Ainda, foi*
028 *apresentada a proposta de um plano de trabalho contendo critérios de atendimento de*
029 *necessidades, em três níveis – sobrevivência, retomadas das atividades e consolidação*
030 *institucional do Comitê. Da mesma forma, foram indicados os projetos e programas a*
031 *serem retomados imediatamente – programa permanente de educação ambiental,*
032 *enquadramento das águas do rio dos Sinos, projeto peixe dourado e programa de*
033 *investimentos da bacia hidrográfica. Também foi destacado que, dada à condição atual do*
034 *COMITESINOS, quando está sendo gerenciada junto à Agência Nacional de Águas - ANA e*
035 *ao Pró-Guaíba a obtenção de recursos financeiros para investimentos setoriais (esgotamento*
036 *sanitário), a sua manutenção e pleno funcionamento são condicionantes básicos. Ainda, foi*
037 *apresentado o orçamento de sobrevivência do Comitê até o final de 2002, elaborado com*
038 *base na contratação de recursos humanos, materiais de consumo, deslocamentos,*
039 *manutenção e seguro, cujo valor final estimado atingiu a ordem de R\$ 74.096,00 (setenta e*
040 *quatro mil e noventa e seis reais), cerca de R\$ 9.262,00 (nove mil e duzentos e sessenta e*
041 *dois reais) mensais. A proposta da Comissão foi a de que esse montante fosse buscado junto*
042 *aos parceiros locais (prefeituras, companhias de abastecimento e de tratamento de esgotos e*
043 *outras instituições) e, segundo os contatos preliminares estabelecidos, havia uma*

044 predisposição de apoio. No caso particular do SEMAE e COMUSA, tais companhias já
045 haviam se manifestado favoravelmente a dobrar o valor de contribuição concedida, pelo
046 menos até que novas alternativas fossem encontradas. A CORSAN, até então, não
047 demonstrara intenção de contribuir financeiramente com o Comitê. Na reunião da
048 Associação dos Municípios do Vale dos Sinos, realizada no dia 11 de abril, e da qual a
049 Comissão participara, havia existido também a demonstração de um cenário bastante
050 favorável para a prestação de auxílio ao Comitê por parte das prefeituras. Ao concluírem a
051 apresentação, os integrantes da Comissão consideraram bastante eficaz a forma de atuação
052 conduzida e os resultados imediatos alcançados pois, apesar da liberação dos recursos
053 financeiros não ter sido ainda efetuada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a
054 questão, no momento, se limitava ao plano operacional. Neste aspecto, houve o registro da
055 situação de constrangimento em que a UNISINOS havia sido colocada durante os debates
056 realizados na reunião com as Comissões de Saúde e de Meio Ambiente e da de Fiscalização,
057 da Assembléia Legislativa do Estado, onde a mesma fora responsabilizada pelo atraso do
058 repasse dos recursos financeiros destinados aos COMITESINOS. Naquela oportunidade,
059 houve o anúncio público de que a Universidade estaria impossibilitada de receber recursos
060 por encontrar-se em condição irregular junto ao Estado, frente a outros convênios firmados
061 e em andamento. A Secretária Executiva do COMITESINOS foi taxativa ao esclarecer que,
062 apesar da apresentação de toda a documentação que comprovava a regularidade da
063 UNISINOS frente aos compromissos estabelecidos no convênio com o Governo do Estado
064 para a execução de uma das etapas do Programa Mar de Dentro, inclusive com a
065 apresentação antecipada, nos seus prazos, do relatório de execução do correspondente plano
066 de trabalho e prestação de contas, a Universidade havia sido colocada, indevidamente, no
067 Cadin. Viviane considerou que ficara evidente, na sessão na Assembléia Legislativa, a
068 tentativa infundada de desmoralização da UNISINOS, e que a origem da situação criada ou
069 se devia à incompetência dos responsáveis pelo acompanhamento da execução de projetos –
070 funcionários dos órgãos oficiais – ou uma medida orientada de retaliação ao Comitê. O
071 certo era que, se o Estado não cumpria os seus compromissos em relação à manutenção dos
072 Comitês e em relação ao próprio Sistema, não era justo que ele viesse a criar situações que
073 pudessem comprometer as relações institucionais entre o COMITESINOS e a UNISINOS,
074 especialmente pelo apoio e suporte oferecidos pela Universidade. Porém, tal incidente não
075 chegara a causar qualquer desgaste entre as entidades, pois havia a clareza das partes
076 sobre onde os problemas haviam sido gerados. Diante dos fatos, foi sugerido que o
077 COMITESINOS manifestasse ao Secretário Langoni seu descontentamento com que a
078 Universidade havia sido exposta publicamente e os riscos que procedimentos dessa natureza
079 poderiam causar à base do Sistema. Arno Kayser considerou que um dos aspectos positivos
080 de todo esse processo havia sido a aproximação dos Comitês com a Assembléia Legislativa.
081 O canal aberto deveria ser, a partir de agora, revigorado com o propósito de envolver os
082 parlamentares nas discussões pertinentes ao Sistema. Ainda, considerou bastante
083 preocupante a ausência da representação do Estado nos Comitês de Bacia que, somado à
084 falta de apoio financeiro, demonstrava não ser o gerenciamento dos recursos hídricos uma
085 das prioridades do atual governo. Além da situação de vacância colocar em risco o quorum
086 das reuniões plenárias, havia a lacuna na articulação para a implementação das decisões
087 tomadas pelo Comitê. Também, os Comitês ficavam sem a devida orientação sobre as
088 políticas públicas adotadas pelas diferentes Secretarias do Estado, nas correspondentes
089 áreas de interesse. Finalizando a exposição, Ione anunciou que a Comissão de Finanças
090 entendia que a sua função havia sido cumprida e dava por encerrados os trabalhos,
091 recomendando ao plenário a constituição de uma nova comissão para a implementação das
092 propostas formuladas. Tal comissão deveria ter o caráter político institucional de
093 negociação para conduzir a formalização das parcerias com os diferentes setores indicados
094 para oferecer apoio financeiro ao COMITESINOS. O Presidente, antes de colocar a

095 constituição da nova comissão em regime de aprovação, registrou a importância do trabalho
096 realizado pela Comissão de Finanças, a clareza e determinação com que ela havia
097 conduzido todo o processo e, em nome do prof. Cláudio Coelho Marques representante da
098 UNISINOS, materializou o espírito empreendedor e mobilizador que envolve o
099 COMITESINOS. Feito isso, colocou a proposta de instalação da Comissão Institucional em
100 votação, considerando o papel a ser desempenhado pelos seus integrantes de forma a
101 estabelecer as relações políticas e institucionais do colegiado com as demais instituições. A
102 proposta foi aprovada e recomendado que ela deveria ser formada pelos mesmos
103 integrantes da Comissão de Fiscalização, sendo agregado a ela a direção do Comitê. A
104 Categoria Indústria manifestou interesse em intensificar a sua representação na Comissão e
105 considerou a possibilidade de indicar mais um representante. Ricardo Röver Machado,
106 representante da CORSAN, também manifestou interesse em participar da Comissão, já
107 antecipando que no primeiro encontro, ainda a ser agendado, a entidade que ele representa
108 estaria manifestando uma posição sobre a possibilidade de manter audiência com o
109 Presidente da Companhia, Sr. Dieter Wartchow, tanto para discutir a possibilidade de um
110 apoio financeiro ao Comitê como para a definição de estratégias de apoio político. Ricardo
111 ainda recomendou que se buscasse a participação de um representante do Estado para
112 integrar a Comissão. Acolhida as recomendações, a Secretária Executiva ficou encarregada
113 de elaborar uma agenda de trabalhos e convocar seus integrantes. Concluído o
114 segundo tema da pauta, o Presidente antecipou, na ordem, o quarto assunto, que trata da
115 realização da IV Encontro Nacional de Comitês de Bacias, de 19 a 23 de maio, no Balneário
116 Camboriú/SC, e para o qual fez o chamamento para a participação do maior número de
117 entidades do COMITESINOS. Paim fez um breve relato sobre a criação do Fórum Nacional
118 dizendo que a sua instalação, em 1999, em Ribeirão Preto/SP, tinha sido consequência de um
119 primeiro encontro, realizado em 1998, em Porto Alegre, entre os Comitês dos Estados do RS,
120 SC, SP e CE. O Presidente considerou a importância do movimento coordenado pelo Fórum
121 Nacional no sentido de mobilizar, articular e informar os Comitês instituídos no território
122 nacional para o fortalecimento dos mesmos e de seus respectivos Sistemas Estaduais e do
123 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Por último, Paim julgou muito
124 oportuna a participação dos Comitês gaúchos, dada a possibilidade de aprendizagem que
125 seria oferecida. O Rio Grande do Sul, identificado nacionalmente como o Estado precursor
126 dos processos de gestão das águas, ensinando, inclusive, outros Estados com a sua própria
127 experiência, tinha ficado para trás e os Comitês gaúchos estavam sendo muito pouco
128 criativos na aplicação dos instrumentos de gestão. Enquanto isso, Comitês e Sistemas
129 Estaduais instituídos muito depois das iniciativas gaúchas estavam avançando muito, com
130 propostas bastante eficazes. A demonstração da importância dada pelos outros Estados em
131 relação à consolidação de seus Sistema estava na própria realização do IV Encontro,
132 viabilizado política, institucional e financeiramente pelo Governo do Estado de Santa
133 Catarina, em compromisso assumido por seu Governador Espiridião Amim, em dezembro de
134 2001, em audiência mantida com o colegiado coordenador do Fórum Nacional. Ao
135 finalizar, o Presidente destacou que os procedimentos de inscrição e informações sobre
136 hospedagem e deslocamentos poderiam ser obtidos junto à Secretaria Executiva do Comitê.
137 Dito isso, o eng. Neri Chilanti, representante da COMUSA/NH deu início à apresentação
138 sobre o encaminhamento dado e estágio atual do processo de estabelecimento de parceria
139 daquela Companhia com a Agência Nacional de Águas – ANA, por conta da inclusão da
140 Bacia Sinos nas prioridades da ANA no Programa Nacional de Despoluição de Bacias –
141 Compra de Esgotos. Neri informou que a COMUSA apresentara dois projetos e que os
142 mesmos haviam sido aceitos, faltando apenas a necessidade de promover a complementação
143 das informações. Pelo cronograma original de apresentação de propostas, a COMUSA e
144 demais companhias que estavam em processo de habilitação, teriam 7 dias para fazer a
145 complementação. Concluída tal etapa, a da habilitação, o COMITESINOS terá que definir,

146 entre os projetos elencados e aceitos, as prioridades , por ordem de grandeza. Segundo Neri,
147 50% dos custos dos projetos selecionados serão viabilizados financeiramente pela ANA, os
148 restantes 50%, pelas próprias Companhias. No caso da COMUSA, estes valores importam
149 em R\$ 4.400.000,00, sendo R\$ 1.740.000,00 para a ETE do Pampa e R\$ 2.700.000,00, para
150 a do o Luiz Rau. O SEMAE, por sua vez, apresentou e foram aceitos dois projetos, um para
151 aumentar a eficiência da ETE existente, com custos orçados em R\$ 1.600.000,00 e o outro,
152 para atender a zona leste/Feitoria, com custos de R\$ 1.200.000,00. Tais demandas, segundo
153 informações prestadas por Sandro Adriani Camargo representante do SEMAE, atendem ao
154 Plano Diretor de Saneamento do município de São Leopoldo. Das três companhias que
155 operam na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, apenas a CORSAN não se habilitou ao
156 Programa Nacional. Segundo o arq. Isaac Zilbermann, representante da PM de Canoas, que
157 tem contrato de concessão de serviço de abastecimento de água com a CORSAN desde 1950,
158 apenas no final de 1980 foi elaborado o projeto de esgoto e construído o primeiro dos seis
159 módulos projetados. Até agora, não foi tratado nenhum m³ de esgoto produzido no
160 município servindo a ETE instalada tem funcionado apenas para tratar o chorume do
161 sistema de tratamento de resíduos do Lami/PoA. Segundo Isaac, apesar das tentativas do
162 Prefeito de Canoas de incluir o município no Programa Compra de Esgoto, não houve, por
163 parte do Presidente da CORSAN, determinação para a elaboração e apresentação de
164 projetos, sob o argumento de falta de tempo hábil para a elaboração dos mesmos. Também,
165 por que as prioridades da CORSAN na bacia Sinos são os municípios de Esteio e Sapucaia.
166 A inconformidade do Prefeito de Canoas com a situação posta, que não aceita que a segunda
167 maior cidade do Estado não seja prioridade da CORSAN, o levava a contratar a elaboração
168 de três propostas: duas, na bacia Sinos e uma, na do Gravataí, apresentadas à ANA. Aquela
169 Agência, por sua vez, solicitou a aquiescência da CORSAN para a aceitação das propostas,
170 diante da vigência do contrato de concessão dos serviços, e esta não foi fornecida. Nesta
171 condição, o Município de Canoas tem proposta, mas apresentada sem o devido acordo com
172 a CORSAN. Isaac registrou que o Prefeito Municipal, por ser médico e reconhecer os
173 problemas de saúde pública gerados pela falta de saneamento, formalizou junto à FEPAM a
174 transferência da responsabilidade sobre a ocorrência dos problemas de saúde no município
175 para à CORSAN. Da mesma forma, notificou ao Ministério Público e à própria ANA a
176 situação gerada naquela municipalidade. Ricardo Machado, representante da CORSAN se
177 manifestou dizendo que era importante o registro histórico sobre o processo de deterioração
178 que o sistema de Canoas vinha sofrendo, ao longo do tempo, e a falta de iniciativa do
179 município de estimular a ligação das residências à rede coletora. Segundo informações, o
180 sistema estaria apto a receber ligações de 2.500 economias e a meta era a de ampliar esse
181 número para mais 30 mil. Isaac contestou tal manifestação dizendo que a rede coletora, na
182 extensão de 1,5 km, mesmo tendo todas as economias ligadas, não atingiria o percentual de
183 5% da carga gerada pela população do município. Ellen Pritsh, representante da CORSAN,
184 informou que o esforço para incluir investimentos na bacia Sinos havia sido direcionado
185 para as intervenções nos municípios de Sapucaia do Sul e Esteio e que os respectivos
186 prefeitos municipais não haviam assinado a documentação necessária. A discussão sobre o
187 tema evidenciou o componente político-institucional sobre o qual o saneamento também está
188 debruçado e a necessidade de se trazer para dentro do Comitê os conflitos existentes, como
189 meio de dirimir os conflitos localizados e, a partir disso, definir estratégias para a busca de
190 alternativas técnicas que possam resultar em investimentos no setor. Por último, o
191 Presidente recomendou que a documentação enviada à ANA pelas companhias de
192 saneamento e também pela PM de Canoas fossem disponibilizadas aos integrantes do
193 Comitê. Tendo sido tratados os temas fixados na pauta, o Presidente abriu espaço para a
194 apresentação de assuntos de caráter geral. Dada a oportunidade, Arno Kayser informou
195 que estava sendo formulado o parecer jurídico para a cedência de carros do Pró-Guaíba aos
196 Comitês de Bacia, em atendimento à demanda apresentada pelo Comitê Santa Maria e pelo

197 *COMITESINOS. Segundo Arno, havia uma grande disposição do Secretário Executivo*
198 *daquele Programa em atender tal reivindicação como forma de contribuir com as ações dos*
199 *Comitês na consolidação de suas atividades. Neri Chilante manifestou a sua preocupação*
200 *com a discussão da PL 4147 e os substitutivos que batem de frente na lei de recursos*
201 *hídricos. O Presidente considerou a possibilidade do COMITESINOS agir individualmente,*
202 *apresentando a sua posição junto aos parlamentares ou se agregar às iniciativas que*
203 *estavam sendo conduzidas tanto pelo Fórum Gaúcho de Comitês como pelo Fórum*
204 *Nacional. O plenário decidiu pelas ações de caráter coletivo. E, não havendo nada mais a*
205 *tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, lavrei a presente ata que, apósida e aprovada,*
206 *será assinada pelo Presidente e por mim.*

207 *São Leopoldo, 13 de junho de 2002.*

208
209
210
211
212

Viviane Nabinger
Secretária Executiva

Paulo Renato Paim
Presidente